

# CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 689  
15 a 21 de maio de 2015



Divulgação/OTC

## OTC 2015

SISTEMA FIRJAN APRESENTA  
SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA  
DE PETRÓLEO E GÁS



Sistema FIRJAN | [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)

Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.





## APRENDENDO COM AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

### Roberto Kauffmann

Presidente do Conselho Empresarial da Indústria da Construção

Após anos de expansão, a indústria da construção civil no Brasil passa por um momento de ajuste. O setor foi diretamente impactado pela desaceleração da economia e elevação das taxas de juros, inflação e desemprego. Consumidores, em busca de moradia, adiaram sua decisão de compra. Outros, em busca de bons investimentos, partiram para novos portos seguros. Como resultado, novos empreendimentos pararam de ser lançados, e os já em construção observaram forte diminuição do ritmo de obras.

No segmento de habitação popular, entretanto, a demanda continua firme, sustentada pelo enorme déficit habitacional e os atrativos do Programa Minha Casa Minha Vida. Para esse segmento, multiplicam-se as experiências internacionais inovadoras, que podem servir de inspiração para o desenvolvimento sustentável da habitação popular no Brasil. Por meio de missões internacionais promovidas pelo Sistema FIRJAN e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), com a presença de empresários e especialistas, pudemos observar *in loco* diversas ações bem-sucedidas e depois selecionar as que poderiam promover maior impacto positivo no desenvolvimento do estado do Rio.

No México, por exemplo, existe a integração de moradia popular e áreas comerciais com a construção de galpões em grupamentos com mais de 200 unidades habitacionais. Dar condições às famílias de

### William Figueiredo

Assessor do Conselho Empresarial da Indústria da Construção

abrirem seus pequenos negócios formais possibilita ao município um aumento das perspectivas de renda e integração desse novo grupamento com a população do entorno.

Na Colômbia, especificamente na cidade de Medellín, comunidades que já eram exemplos de infraestrutura, devido à instalação de escadas rolantes e teleféricos, hoje se destacam pelo trabalho social empreendido. Para os jovens, a estrutura de ensino é diferenciada, com escolas que proporcionam, além da educação básica, atividades de ginástica e esportes, incluindo formação profissional. Com a melhora da qualidade do ensino, os jovens da periferia chegam preparados ao mercado de trabalho. Os idosos também são atendidos pelo programa, por meio da concessão de benefícios sociais, como alimentação, assistência médica e acesso a eventos culturais.

No Rio de Janeiro, hoje, já existem comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) com infraestrutura urbana instalada e escolas que oferecem, além do ensino básico, a formação profissional, com apoio de entidades, como, por exemplo, o SENAI. Mas ainda há muito espaço para se avançar. Projetos de desenvolvimento socioeconômico de comunidades devem ser mais explorados. Experiências positivas ao redor do mundo não faltam. O que nos falta é arregaçar as mangas, planejar e executar. A indústria da construção civil fluminense está pronta para mais esse desafio.

## CARTA DA INDÚSTRIA

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000  
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Presidente:

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Mariani Bittencourt

2º Vice-presidente FIRJAN:

Carlos Fernando Gross

1º Vice-presidente CIRJ:

João Lagoeiro Barabá

2º Vice-presidente CIRJ:

Geraldo Coutinho

1º Diretor Secretário - FIRJAN:

Armando Brasil Salgado

1º Diretor Secretário - CIRJ:

Mauro Ribeiro Viegas Filho

1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:

Abilio Moreira Mendes

1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:

Sérgio Kunio Yamagata

### CONSELHOS EMPRESARIAIS

Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto

Assuntos Tributários: Sergei da Cunha Lima

Economia: José Mascarenhas

Energia: Armando Guedes Coelho

Gestão Estratégica para Competitividade:

Angela Costa

Indústria da Construção:

Roberto Kauffmann

Infraestrutura: Mauro Ribeiro Viegas Filho

Jovens Empresários: Poliana Silva

Meio Ambiente: Isaac Plachta

Política Social e Trabalhista:

José Arnaldo Rossi

Presidentes de Conselho das

Representações Regionais:

Rubens Muniz

Relações Internacionais:

Luiz Felipe Lampreia

Responsabilidade Social: Luiz Chor

Tecnologia: Fernando Sandroni

### FÓRUNS EMPRESARIAIS

Agroindústria: Geraldo Coutinho

Areia e Brita: Rogério Moreira Vieira

Cosméticos e Perfumaria:

Celso Dantas Aguiar

Defesa e Segurança: Carlos Erane de Aguiar

Moda: Oskar Metsavaht

Rochas Ornamentais: Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

Insight Comunicação

Editor Geral: Coriolano Gatto

Editor Executivo: Kelly Nascimento

Editor Adjunto: João Penido

Redação: Denise Almeida,

Nathalia Curvelo e Sílvia Noronha

Revisão: Geraldo Pereira

Fotografia: Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

Projeto Gráfico: DPZ

Design e Diagramação: Paula Barrenne

Assessoria de Imprensa:

Lorena Storani

Produtor Gráfico: Ruy Saraiva

Impressão: Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

A 7ª Região Fiscal da Receita Federal é responsável pelo atendimento e supervisão tributária dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em entrevista à Carta da Indústria, a superintendente **Eliana Polo** detalha serviços que a instituição oferece aos contribuintes e questões de interesse do empresário, como o prazo de emissão de certidões.



Divulgação/Receita Federal

## CANAL PARA **DÚVIDAS TRIBUTÁRIAS**

**CARTA DA INDÚSTRIA – Que canais a Receita Federal oferece para o contribuinte tirar dúvidas tributárias? Uma empresa pode obter atendimento direto de um auditor?**

**ELIANA POLO –** Na Receita Federal do Brasil, os contribuintes podem tirar dúvidas pelo Plantão Fiscal presencial ou pelo Serviço Fale Conosco, por meio do correio eletrônico, no site da Receita Federal do Brasil. O contribuinte também poderá ser atendido nos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) ou no Plantão Fiscal, que presta, pessoalmente, esclarecimentos sobre a legislação dos diversos tributos, a forma de apuração e o preenchimento de declarações exigidas pela Receita Federal. Porém, em princípio, não há atendimento direto efetuado por servidor responsável pela análise de processo administrativo. O servidor responsável por essa análise interage com o contribuinte/interessado mediante os autos do processo, ou por intermédio de documento oficial, como por exemplo intimações e ofícios, encaminhados para os endereços registrados nos cadastros da Receita Federal.

**CI – Que serviços estão disponíveis para as empresas no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC)?**

**EP –** O Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte é um portal eletrônico onde diversos serviços protegidos por sigilo fiscal podem ser realizados via internet pelo próprio contribuinte, tais como: obter cópia de declarações, retificar pagamentos, parcelar débitos e consultar pendências. É possível, por exemplo, verificar dados cadastrais, imprimir DARF (Documento de

Arrecadação de Receitas Federais) para pagamento de débitos. A pessoa jurídica também consegue identificar declarações pendentes, bem como obter orientações para efetuar a autorregularização e resolver pendências, se for o caso.

**CI – Quais são os prazos para emissão de certidões da Receita Federal, inclusive a de obras?**

**EP –** O prazo é imediato, quando a emissão da certidão for requerida pela internet, e de até 10 dias, se o serviço for solicitado nas unidades da Receita Federal. São requisitos o número do CPF, para Pessoa Física, e o do CNPJ, para Pessoa Jurídica. O canal on-line pode ser acessado pelo *link*: <http://goo.gl/CsyTE>.

**CI – Quais são as vantagens da adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico?**

**EP –** A adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) permite que sua Caixa Postal no e-CAC também seja considerada seu Domicílio Tributário perante a Administração Tributária Federal. Ao aderir, o contribuinte terá direito à redução no tempo de trâmite dos processos administrativos digitais, à garantia quanto ao sigilo fiscal e total segurança contra o extravio de informações, além de acesso, na íntegra, a todos os processos digitais existentes em seu nome, em tramitação na Receita Federal, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Para adotar o DTE, o contribuinte precisa ter a certificação digital e se inscrever no Portal e-CAC, clicando em “Opção pelo Domicílio Tributário Eletrônico”.

## PROGRAMA IMPLANTADO NA CALIFÓRNIA É EXEMPLO PARA ENFRENTAR A CRISE HÍDRICA

O programa de gestão de recursos hídricos, de São Francisco, na Califórnia, é um exemplo de que é possível enfrentar a escassez de água de forma eficaz e com ajuda da população. Após períodos de seca vivenciados desde os anos de 1970, uma série de medidas foi colocada em prática visando promover o uso racional da água. O tema foi abordado no seminário “Alternativas para o gerenciamento de recursos hídricos: a experiência de São Francisco, CA”, realizado em conjunto pela Assessoria de Responsabilidade Social e a Gerência de Meio Ambiente do Sistema FIRJAN, em parceria com o Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

A palestrante Paula Kehoe, diretora de Recursos Hídricos da Comissão de Utilidades Públicas de São Francisco (SFPUC), explica que é preciso buscar alternativas para que a gestão de recursos hídricos seja eficiente. “Não dá para confiar nos recursos atuais disponíveis, temos que ampliar o portfólio. É preciso planejar e implementar ações contínuas de curto, médio e longo prazos”, argumenta ela.

Como estratégia para reverter o quadro de escassez de água, São Francisco investe em estudos, desenvolvimento e implementação de projetos de conservação, exploração de águas subterrâneas, dessalinização e reciclagem. Decretos municipais foram criados com o objetivo de incrementar a conservação de recursos hídricos e fomentar o uso de fontes



Paula Kehoe em palestra a empresários na FIRJAN: alternativas eficientes para gestão hídrica

alternativas de água. Em 2014, uma das medidas implantadas foi a redução voluntária de 20% e obrigatória de 10% no consumo para a irrigação e multa de aproximadamente US\$ 10 mil para o consumo excessivo, tendo como exceções a utilização por parte de segmentos industriais e hospitais.

Luiz Chor, presidente do Conselho Empresarial de Responsabilidade Social da FIRJAN, ressalta que o debate sobre o tema é estratégico para a classe empresarial. “Nós entendemos que, se não enfrentarmos esse problema, a demanda por água será maior que a oferta nos próximos anos. A população e a indústria devem usar esse recurso de forma racional”, aponta.

### MODELO ADAPTÁVEL

A experiência de gerenciamento aplicado no Oeste norte-americano,

segundo Percy Soares Neto, coordenador da Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), pode servir como modelo para a realidade brasileira. “Esse debate analisa e antecipa eventuais situações adversas. Podemos trazer o conhecimento sobre o que acontece em outros países e nos prepararmos melhor, com as devidas adaptações à nossa realidade”, disse.

João Alfredo Viegas, diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Concremat, elogiou a iniciativa da FIRJAN de apresentar um case internacional e estimular inovações: “Eventos como esse são de grande importância para a divulgação de novas tecnologias e de processos de gerenciamento de recursos hídricos e ambientais, além de fomentar a discussão de um tema relevante para a indústria”.



## 5ª CONFERÊNCIA BRASIL-ALEMANHA DISCUTE DESAFIOS E PANORAMA DO SETOR DE LOGÍSTICA

A 5ª Conferência de Logística Brasil-Alemanha, um dos principais eventos internacionais voltados à cadeia de suprimentos, reuniu empresários e autoridades, na sede do Sistema FIRJAN, em abril, para discutir o panorama e os desafios do setor. Na abertura do evento, Sergio Boanada, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, elogiou as contribuições da Federação para o setor, como os esforços que resultaram na implantação dos programas Porto e Aeroporto 24 horas e Portal Único do Comércio Exterior, que estará funcionando plenamente até 2017. "A FIRJAN conseguiu avanços que melhoraram significativamente o ambiente de negócios no Brasil", pontuou o presidente.

Entretanto, Boanada avalia que o governo precisa avançar mais, a fim de melhorar a infraestrutura de transportes no país e atrair investidores. "As restrições financeiras impostas pela economia abrem mais uma vez espaço para a participação de capital privado em projetos de infraestrutura. Para isso, precisamos de projetos bem estruturados financeiramente e com marcos regulatórios seguros e estáveis", analisou.

O ministro-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo, que participou da abertura do evento, destacou que o setor portuário está repleto de oportunidades: "Estamos discutindo a concessão dos canais de acesso aos portos, a fim de garantir a dragagem para manutenção da profundidade nos acessos marítimos. Cabe a nós, órgãos públicos, trabalharmos para viabilizar novos investimentos, que



Fabiano Veneza

O ministro Edinho Araújo apresentou propostas para atrair investimentos para o Brasil

**"A FIRJAN conseguiu avanços que melhoraram significativamente o ambiente de negócios no Brasil"**

**Sergio Boanada**  
Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha

gerem emprego e renda e reduzam o custo Brasil".

### LOGÍSTICA URBANA

Riley Rodrigues, especialista em Competitividade Industrial e Investimentos do Sistema FIRJAN, participou do painel "Logística Urbana", que discutiu as dificuldades em relação à distribuição de mercadorias nas cidades. Segundo Rodrigues, o crescimento urbano desordenado é a principal causa do congestionamento. "As pessoas moram longe de seus locais de

trabalho, deslocam-se na mesma direção e em horários coincidentes. Isso fez com que, em 2013, os congestionamentos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro atingissem 130 km e gerassem um custo de R\$ 29 bilhões, valor superior ao PIB de cinco estados e fortes impactos na distribuição urbana de cargas, um dos setores mais afetados". De acordo com o estudo elaborado pela Federação, para melhorar a distribuição é preciso fazer ajustes na lei de restrição ao tráfego de veículos de cargas. Entre as medidas está a liberação dos Veículos Urbanos de Carga (VUC), medida já adotada por outras cidades no Brasil e no mundo.

Marco Saltini, diretor da MAN Latin America, avalia que o debate mostrou a necessidade de um planejamento a longo prazo para o setor de logística. "Isso é fundamental para a competitividade industrial. O plano não pode ser restrito à gestão de um governante. Deve ter continuidade para ser eficiente", avalia.

## SISTEMA FIRJAN FIRMA CONVÊNIOS E APRESENTA SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA DE P&G NA OTC HOUSTON

O Sistema FIRJAN firmou convênios e estabeleceu contatos importantes para futuras parceiras com instituições do setor de petróleo e gás durante a Offshore Technology Conference (OTC), o maior evento mundial do setor, realizado este ano entre os dias 4 e 7 de maio, em Houston, nos Estados Unidos. Uma das parcerias foi firmada com a NOF Energy, organização do Reino Unido que trabalha em prol do desenvolvimento de negócios nos setores de petróleo, gás, energia nuclear e renováveis; e a outra com o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

A parceria com o IBP buscará desenvolver programas de treinamentos, tecnologias e serviços para a melhoria da qualidade de vida e segurança do trabalhador. As duas instituições assinaram um protocolo de intenções nesse sentido, visando cooperação e intercâmbio científico e tecnológico. O plano de trabalho será elaborado em conjunto nos próximos três meses, e os projetos de cooperação serão divulgados durante a OTC Brasil, em outubro, no Rio de Janeiro.

“Com essa parceria, queremos construir no Rio de Janeiro um centro de excelência de ensino superior, para oferecer aos jovens a possibilidade de ter essa profissão e entrar no mercado de energia, no qual o nosso estado é absolutamente privilegiado”, afirmou Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente do Sistema FIRJAN. Jorge Camargo, presidente do IBP, também ressaltou a importância de

chegar aos futuros profissionais: “O IBP é a casa da indústria de P&G, e a FIRJAN tem um grande sistema de educação, tem o SENAI, possui muitas ferramentas e recursos. São organizações que têm muito para se complementar”.

No âmbito da parceria com a NOF Energy, foi assinado um memorando de entendimentos, com foco na troca de informações de mercado e parcerias para o desenvolvimento da cadeia de petróleo e gás no Rio de Janeiro. A parceria representa a oportunidade de as indústrias fluminenses estarem mais próximas de empresas internacionais, possibilitando o desenvolvimento de novos negócios.

### AGENDA DE ENCONTROS

A participação do Sistema FIRJAN no evento foi marcada por uma intensa agenda de encontros com autoridades estrangeiras e brasileiras com o objetivo de

defender interesses da indústria do Rio. Eduardo Eugenio reuniu-se com a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard, para tratar de temas como a necessidade de haver regularidade dos leilões de blocos exploratórios, a medida de conteúdo local e a cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). E apresentou estudo elaborado pelo Sistema FIRJAN que calcula o prejuízo da não realização dos leilões. *(Leia mais sobre o assunto na próxima edição)*. O presidente da FIRJAN reuniu-se também com o subsecretário de Estado da Alemanha, Uwe Beckmeyer, que conheceu as oportunidades do mercado no estado do Rio, com o objetivo de estimular os investimentos na região.

O estande do Sistema FIRJAN recebeu executivos interessados em conhecer a gama de serviços oferecidos pela Federação às



O estande do Sistema FIRJAN no evento atraiu empresários e autoridades, entre elas o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard

Sabrina Orlow

empresas, que vão desde soluções customizadas em tecnologia e inovação a cursos de qualificação e especialização profissional e ações direcionadas para a segurança do trabalho, saúde e qualidade de vida nas indústrias do setor. O estande foi visitado tanto por companhias que já atuam no Brasil como por outras interessadas em investir no país.

“Tivemos contato direto com empresas importantes para o Rio de Janeiro, demonstrando os atrativos da nossa região. Somos a capital do petróleo e trabalhamos em prol de um interesse comum a todas as empresas do pavilhão Brasil, que é desenvolver cada vez mais a indústria local”, ressaltou Eduardo Eugenio. Parceira das indústrias da cadeia de petróleo e gás, a Federação reflete a importância do setor no estado do Rio, onde estão concentradas cerca de 80% das reservas de petróleo, 60% das reservas de gás natural do Brasil e os principais fornecedores desse segmento.

---

**“O IBP é a casa da indústria de P&G, e a FIRJAN tem um grande sistema de educação. São organizações que têm muito para se complementar**

**Jorge Camargo**  
Presidente do IBP

---

A comitiva do Sistema FIRJAN participou de um almoço com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e com representantes de diversas empresas brasileiras e estrangeiras. Após o almoço, o ministro e a diretora-geral da ANP foram recebidos no estande do Sistema FIRJAN por Eduardo Eugenio. A delegação participou também de evento organizado pela Câmara

de Comércio Brasil-Texas (BRATECC) e pelo Consulado do Brasil nos Estados Unidos; e de almoço-palestra da diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes, sobre os avanços conquistados pela estatal no pré-sal.

Para Raul Sanson, vice-presidente da Federação, foi mais um excelente ano de participação no evento. “Fiquei impressionado com o número de contatos que fizemos este ano. A equipe já está gerando mais negócios, diferenciando os potenciais parceiros”, disse.

Também presente ao evento, Nelson Leite, presidente da FMC Technologies Brasil, considerou a participação da FIRJAN na OTC como de “grande importância, pois a entidade sempre esteve presente na promoção do setor de petróleo e gás no Brasil, apoiando toda a cadeia produtiva e trabalhando pelo desenvolvimento e competitividade do setor”.

## ESTANDE APRESENTOU OS PROJETOS INOVADORES DA FEDERAÇÃO

O estande do Sistema FIRJAN na OTC 2015 apresentou ao público as diversas possibilidades de atendimento às empresas, no que diz respeito aos projetos de pesquisa e desenvolvimento, aos serviços e às soluções integradas oferecidas pelos três Centros de Tecnologia SENAI (CTS): Ambiental, Solda e Automação e Simulação.

Paulo Roberto Furio, gerente do CTS Ambiental, destacou que os projetos voltados para gerenciamento de resíduos e para eficiência energética foram os que despertaram maior interesse. Entre os projetos inovadores na área ambiental, Furio destacou a tecnologia de gaseificação por tocha de plasma, que permite a conversão de resíduos sólidos em energia limpa. “Mostramos que podemos transferir tecnologias para valorizar energeticamente os resíduos gerados na exploração de petróleo e no refino”, acrescentou.

O *paper* desse projeto foi selecionado para ser apresentado na OTC Brasil, a ser realizada de 27 a 29 de outubro, no Rio de Janeiro.

Outro projeto inovador que chamou a atenção foi o desenvolvimento de metodologia para caracterização dos óleos originados no pré-sal. Segundo Furio, a pesquisa tem por finalidades atender à legislação no que diz respeito à destinação correta de resíduos, permitir o uso de material adequado na exploração do petróleo e possibilitar que as refinarias planejem sua manutenção da melhor forma.

Por meio de equipamentos com tecnologia *touch* e orientação da equipe da Federação, os visitantes puderam ainda conhecer a capacidade instalada dos CTS em termos de infraestrutura, pessoal e *softwares* utilizados no desenvolvimento das pesquisas.



## CTS AUTOMAÇÃO E SIMULAÇÃO É CREDENCIADO NA ANP PARA RECEBER RECURSOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Centro de Tecnologia SENAI (CTS) Automação e Simulação foi credenciado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como uma das entidades aptas a receber investimentos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). O fato representa um reconhecimento formal de que o CTS atua em atividades de pesquisa e desenvolvimento relevantes para o setor de petróleo e gás, além de possuir infraestrutura e condições técnicas e operacionais adequadas.



Guaririm de Lorena

Instalações do CTS Automação e Simulação: tecnologia para empresas do estado do Rio

“O credenciamento de mais um Centro de Tecnologia SENAI do estado do Rio demonstra a valorização, por parte da ANP, de nosso apoio ao desenvolvimento tecnológico da cadeia de petróleo e gás. Temos um histórico de sucesso na execução de projetos com recursos da Agência e, com a nova certificação, certamente abriremos mais espaço para PD&I no estado do Rio”, explica Bruno Gomes, diretor de Inovação do Sistema FIRJAN.

A Cláusula nº 24, presente nos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, garante que as operadoras reservem 1% de sua receita bruta da produção de petróleo para investimentos em projetos de PD&I com aplicação no setor. Desde o primeiro contrato de concessão, há 16 anos, o montante já superou R\$ 8,4 bilhões.

No CTS Automação e Simulação os projetos poderão abordar temas como exploração, produção (pré-sal, águas profundas, campos maduros e novas fronteiras exploratórias); e refino e processamento de petróleo e gás natural. O objetivo das pesquisas realizadas pelo CTS é desenvolver e aumentar a

competitividade da indústria fluminense. A unidade desenvolve pesquisas, em parcerias e com recursos provenientes do investimento das operadoras, com um olhar de aplicação no desenvolvimento e aumento da competitividade da indústria fluminense.

Para Alberto Machado, diretor executivo de Petróleo, Gás, Bioenergia e Petroquímica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o credenciamento do CTS Automação e Simulação é ótimo para a cadeia produtiva do setor: “Cada vez mais, as empresas precisam de tecnologia, como o uso de simuladores, para otimizar suas operações”.

Os recursos provenientes da política pública estabelecida pela ANP já ajudaram a estruturar mais de mil projetos em instituições credenciadas junto à entidade. O CTS Ambiental e o CTS Solda também estão credenciados e desenvolvem pesquisas com base na cláusula que incentiva o desenvolvimento constante das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.



## PRESIDENTE DO INEA DISCUTE AGILIZAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL COM EMPRESÁRIOS

Marco Aurélio Porto, presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), apresentou os desafios e os principais projetos do órgão durante reunião do Conselho Empresarial de Meio Ambiente do Sistema FIRJAN. Entre os planos de sua gestão está a adoção de mecanismo para agilizar a concessão de licenciamento ambiental.

Na abertura do encontro, Isaac Plachta, presidente do Conselho, destacou a preocupação do setor industrial com o licenciamento para instalação de novas plantas. "O estado cresce economicamente se conseguirmos implantar indústrias. Antes, as empresas estavam saindo do estado do Rio porque não conseguiam realizar seus empreendimentos, mas já evoluímos muito", pondera Plachta.

Segundo o presidente do Inea, no momento há cinco mil pedidos de licenciamento em tramitação. Uma das medidas que o órgão estuda para agilizar o processo é a adoção



Antonio Batalha

Marco Aurélio Porto mostrou planos de sua gestão e ouviu sugestões de empresários

do instrumento autodeclaratório: "Vejo os empresários como parceiros. Estamos pesquisando qual é a forma legal para a prestação de informações e nos comprometemos a agilizar o licenciamento das empresas, para reduzir esses números".

Para Abílio Souza Faia, coordenador de Segurança e Meio Ambiente da

Fábrica Carioca de Catalisadores, a disposição por parte do Inea de simplificar o licenciamento é muito positiva: "A demanda é muito grande. Muitas empresas têm estrutura e competência para prestar as informações técnicas necessárias por meio do instrumento autodeclaratório". O encontro foi realizado no dia 5 de maio, na sede da Federação.

## SESI E SCHOLAS OCURRENTES: PARCERIA EM PROJETOS SOCIAIS

A adesão do Programa SESI Cidadania à Scholas Ocurrentes, rede mundial de projetos sociais, foi formalizada no encontro realizado na sede do Sistema FIRJAN, no fim de abril. A parceria com o SESI Rio viabilizará a troca de experiências em projetos educacionais.

Apoiado pelo Papa Francisco, a Scholas Ocurrentes reúne 400 mil

escolas públicas e particulares, com alunos de todas as religiões e graus de ensino, dos cinco continentes. De acordo com Alejandro Lamberti, secretário de Relações Institucionais da Scholas, a parceria com o SESI é importante para promover uma sociedade inclusiva e pacífica.

"Para transformar o mundo, é preciso investir em educação.

E o SESI está no caminho certo", disse Lamberti.

Alexandre dos Reis, superintendente do SESI e diretor regional do SENAI, destacou a importância em fazer parte dessa rede mundial, na assinatura do convênio. "Nós, do SESI, vivemos a educação para transformação, trabalhamos muito mais do que para cumprir metas", observou ele.

## DIREITO AUTORAL É TEMA DE SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA FIRJAN PARA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL

Em parceria com o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav-RJ), o Sistema FIRJAN promoveu o seminário Direitos Autorais, realizado na sede da Federação, no dia 6 de maio. O evento faz parte uma série de seminários sobre o audiovisual e tem como objetivo promover capacitação em temas relevantes para os empresários do segmento.

“O direito autoral é um elemento fundamental na definição de valor de uma obra artística”, afirmou Claudio Lins de Vasconcelos, vice-presidente da Comissão de Direitos Autorais da Ordem de Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ). Palestrante convidado do evento, ele ressaltou a importância estratégica do tema para a indústria audiovisual: “Não basta investir em qualidade artística, é preciso promover qualidade jurídica. O setor precisa conhecer seu arcabouço normativo para poder continuar avançando”.

Além de Lins de Vasconcelos, compuseram a mesa de especialistas a advogada Simone Lahorgue Nunes, árbitra da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), e Bertrand Mollier, consultor da Federação Internacional das Associações de Produtores (FIAPF). De acordo com Simone, a discussão em torno de direitos autorais deve considerar a importância de se construir um ambiente regulatório confiável, aspecto determinante para garantir a atratividade do setor. “O Brasil tem relevância internacional na produção de obras artísticas. É importante que haja uma discussão sobre o posicionamento do país em relação à legislação de direitos autorais. Hoje, o país é mais



Antonio Batalha

*Silvia Rabelo: destaque para a atuação do Sistema FIRJAN em prol do setor*

voltado para a flexibilização das leis”, analisou.

Para Bertrand Mollier, no cenário global, os desafios em torno do tema se assemelham. “Apesar das especificidades culturais de cada país, as condições de produções culturais são as mesmas. A questão mais importante é a criação de uma legislação robusta que garanta incentivos ao segmento”, declarou.

Silvia Rabelo, presidente do Sicav-RJ, destacou a necessidade de os empresários estarem bem informados acerca dos temas que envolvem o setor audiovisual a fim de que ele se torne cada vez mais preponderante. Em sua análise, a atuação do Sistema FIRJAN tem sido fundamental nesse processo: “A FIRJAN tem sido uma parceira importantíssima para o setor no estado do Rio, pois detém o olhar econômico da atividade”.

Serão promovidos mais três encontros temáticos voltados para a indústria audiovisual. “Nossa proposta é abordar questões fundamentais para o desenvolvimento do setor, como relações trabalhistas e propriedade intelectual”, destaca Gabriel Pinto, coordenador do programa Indústria Criativa do Sistema FIRJAN.

As inscrições podem ser feitas pelo [link](http://goo.gl/Olh8Ee) <http://goo.gl/Olh8Ee>. Informações pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

### PROGRAME-SE:

**09/06**  
Relações Trabalhistas

**29/06**  
Tributação

**13/07**  
Internacionalização



## MINISTRO PORTUGUÊS DESTACA OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS COM BRASIL

A intensificação do intercâmbio comercial com o Brasil está entre as prioridades do governo português. É o que afirmou o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete, em almoço com empresários na sede do Sistema FIRJAN. Segundo ele, os dois governos estudam a possibilidade de criar o "Observatório do Investimento", mecanismo que permitirá avaliar as oportunidades, acompanhar e superar os entraves entre empresas portuguesas que investem no Brasil e vice-versa.

O ministro destacou que existe uma ampla margem para o aumento dos negócios entre ambos os países. "Portugal oferece atrativos para investidores brasileiros como localização geoestratégica, acesso ao mercado europeu e moderna rede de infraestrutura", disse. Machete citou o turismo como um dos setores em que há potencial de crescimento comercial. "O Brasil é, atualmente, o sexto país que mais envia turistas para Portugal e o primeiro fora da Europa. Entre 2010 e 2014, o número de visitantes brasileiros aumentou em média 13,4% ao ano", comentou.

De acordo com ele, Portugal passou por mudanças estruturais e está preparado para responder às exigências de uma economia aberta, voltada para as exportações e a atração de investimentos, deixando a recessão para trás. "Na atual fase de consolidação



Rui Machete fala a empresários fluminenses, em almoço realizado na sede do Sistema FIRJAN

das reformas empreendidas pelo governo, as perspectivas de crescimento de nosso país para este e o próximo ano, confirmadas por organismos internacionais, são de 1,5% e 2%", respectivamente, reforçou Machete.

### TROCAS COMERCIAIS COM O RIO

Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente do Sistema FIRJAN, também deu destaque ao crescimento das relações comerciais entre o Brasil e Portugal, que movimentaram US\$ 2 bilhões no ano passado. "Percebemos a relevância do intercâmbio comercial entre Portugal e o estado do Rio, que cresceu 171% em 2014 em relação ao ano anterior, evidenciando a robustez de nossa parceria, apesar de resultados modestos no passado recente, ocasionados pela recessão global de 2008-2009", explicou Mariani.

Para Luiz César Caetano, presidente do Sindicato da Indústria de Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal), o mérito do encontro é a busca do estreitamento dos laços. "O ministro demonstrou que Portugal está de portas abertas para as empresas brasileiras, ressaltando a importância que o Brasil tem em sua balança comercial", analisou Caetano, que também é presidente da Representação Regional FIRJAN/ CIRJ no Leste Fluminense.

O almoço foi organizado pelo Centro Internacional de Negócios (CIN) no dia 5 de maio e contou com as presenças de Francisco Ribeiro Telles, embaixador português; Nuno Bello, cônsul geral de Portugal no Rio; Ricardo Coelho, presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro; e cerca de 60 empresários.

## FÓRUM IEL APRESENTA VISÃO INTERNACIONAL SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCOS EM EMPRESAS

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta indispensável para reduzir as perdas financeiras e operacionais nas empresas. Para abordar essa estratégia, considerada um diferencial competitivo no mercado empresarial, o Sistema FIRJAN promoveu o Fórum IEL "Gestão Empresarial: Gerenciamento de Riscos nas Organizações". O evento aconteceu no dia 28 de abril, na sede da Federação, e teve como palestrante Sim Segal, diretor de Programas de Gerenciamento de Riscos da Universidade de Columbia. A palestra foi realizada por meio de parceria entre a universidade e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).



Sim Segal: dicas sobre a tomada de decisão em momentos de adversidade

Para Segal, tomar decisões, no âmbito empresarial, é um processo altamente complexo, pois estão em jogo diversas questões financeiras, estratégicas e operacionais. "É mais fácil decidir quando se estabelece os cenários, mas também os riscos dentro das organizações", orienta. De acordo com o palestrante, a economia pode ajudar a avaliar as vantagens e desvantagens de apostas e oportunidades. Ele cita, como exemplo, a importância da seleção de prioridades. "Se você não tem operações na China não vai se preocupar com o mercado de lá, por exemplo. A preocupação deve ser com algo que realmente afete seus negócios", analisa o especialista.

Para listar as decisões prioritárias, Segal afirma que é preciso analisar de 20 a 30 principais riscos existentes para a organização e alerta que o maior deles "é o que

pode surpreender, ou seja, o de não ter conhecimento dos riscos e dos cenários de possibilidades". De acordo com um estudo apresentado por ele, nem sempre a categoria de riscos financeiros é a mais perigosa. "Os riscos operacionais e estratégicos mexem tanto ou mais que os financeiros, pois estão relacionados diretamente a estrutura e funcionamento da companhia. Todos são relevantes dentro do processo de gerenciamento", detalha.

Esse é também o caso de companhias públicas, cujos principais problemas a serem administrados são as crises políticas, argumenta Carlos Fernandes, analista de sistemas da Eletrobras. "Nosso maior risco é justamente o moral, político. Com todos os problemas que estão ocorrendo na conjuntura brasileira, nós precisamos dimensionar esse

risco de forma a nos mantermos estáveis", avalia.

Edmundo Bittencourt, diretor de operações da Autopista Fluminense S/A, considera que o gerenciamento de riscos é imprescindível para alcançar resultados satisfatórios. "É uma estratégia fundamental para definirmos nossa atuação no mercado de investimentos, por exemplo, e estarmos preparados para os problemas que envolvem cada negócio", pondera.

De acordo com Alberto Besser, superintendente do IEL, o objetivo do debate é auxiliar empresários na tomada de decisões. "Diante da crise econômica atual, o tema é muito propício para uma avaliação mais abrangente sobre como os riscos podem impactar as operações das companhias, principalmente pela complexidade e dinamismo dos mercados", conclui.



# INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 689  
15 a 21 de maio de 2015

## OFENDER A HONRA DA EMPRESA GERA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

O ex-empregado de uma imobiliária de Maringá foi condenado a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 1 mil por ter ofendido a honra da empresa.

Depois de um desentendimento sobre o pagamento de comissão, o trabalhador xingou colegas de trabalho, arrancou e pisoteou a camisa do uniforme da empresa e ainda gritou vários palavrões contra a sua empregadora perante empresas concorrentes.

Na petição inicial, o reclamante alegou que a empresa, onde trabalhou por cinco meses, havia retido salários ilegalmente e pleiteou indenização por danos morais. A empresa, por sua vez, entrou com um pedido de reconvenção (ação do réu contra quem o acusa) dizendo que o trabalhador é que deveria ser condenado por danos morais por ofender a honra da empresa.

Para os desembargadores da Quarta Turma do TRT-PR, o trabalhador não comprovou a retenção de salário nem apresentou outra justificativa para indenização. Testemunhas confirmaram que o empregado, que não era corretor de imóveis, se excedeu por não ter direito a comissão em um negócio imobiliário de mais de R\$ 1 milhão, em que se julgava vendedor e captador. Após insultar os colegas, ele foi até a frente da empresa, pisoteou a camisa do uniforme no ambiente de trabalho e disse vários palavrões perante funcionários de imobiliárias vizinhas.

De acordo com a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça, a pessoa jurídica é titular de direitos de personalidade e, sendo assim, pode sofrer dano moral, desde que este se limite a questões objetivas (repercussão negativa no âmbito comercial).

A Quarta Turma do TRT-PR lembrou que a Constituição Federal dispõe expressamente que "é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem" (art. 5º, V, CF) e que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Para os desembargadores, a conduta do trabalhador "não se coaduna com o princípio da boa-fé objetiva que deve nortear as relações laborais".

Para determinar o valor da indenização, os desembargadores levaram em consideração a gravidade do dano sofrido e o grau de culpa do causador do dano (artigos 944 e 945, CC), bem como a condição econômico-financeira do ofensor e do ofendido, além do caráter pedagógico da indenização fixada. (07438-2012-872-09-00-0).

Fonte: TRT/PR via SIMMEC

## MERO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS POR PARTE DO EMPREGADOR NÃO CONFIGURA DANO MORAL

A Justiça do Trabalho recebe, todos os dias, reclamações em que se pede o pagamento de indenização por dano moral, mas muitas vezes os pedidos são baseados em fatos

infundados ou constituem meros aborrecimentos do cotidiano.

O desafio do Judiciário é reconhecer os casos em que realmente se

caracteriza o dano e atribuir indenização de valor proporcional à ofensa. O enriquecimento fácil deve ser coibido, a fim de se evitar a banalização do instituto, a chamada "indústria do dano moral".

No recurso submetido à apreciação da 1ª Turma do TRT de Minas, uma vendedora sustentou que sofreu dano moral simplesmente porque o patrão descumpriu obrigações trabalhistas. Conforme o relato, ele deixou de recolher os depósitos de FGTS e de fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias.

Além disso, não pagou as verbas trabalhistas corretamente e sequer formalizou a rescisão do contrato de trabalho, com a entrega das guias do seguro-desemprego e para levantamento do FGTS.

Na visão da trabalhadora, a conduta adotada justifica a concessão de uma indenização por dano moral. No entanto, ao analisar o caso, o juiz convocado Mauro César Silva entendeu que não é bem assim. Para ele, o descumprimento apontado

gerou apenas dano de ordem material, o qual foi posteriormente reparado por um acordo celebrado pelas partes na Justiça. “O ajuste homologado judicialmente acabou por ressarcir a autora dos danos pecuniários decorrentes da inadimplência dos direitos trabalhistas, não se vislumbrando aqui, contudo, qualquer ofensa à dignidade ou honra da reclamante”, destacou.

O relator esclareceu que não é qualquer tipo de tratamento ofensivo praticado contra o trabalhador que garante o direito à indenização por danos morais. “A conduta antijurídica a ensejar a reparação por danos morais deve, irrefutavelmente, ser capaz de ofender a honra e a dignidade da pessoa humana, atingindo-a em sua esfera mais íntima, de modo a lhe causar

transtornos de ordem psíquica ou até mesmo física”, explicou, entendendo não ser esse o caso da reclamante.

Na avaliação do julgador, a conduta do reclamado não expôs a empregada a situação vexatória, de modo a causar um dano moral. O que houve foi uma lesão patrimonial, reparada em momento posterior pelo acordo ajustado entre as partes e homologado judicialmente.

Com o acordo, as partes envolvidas foram conduzidas ao estado em que se encontravam anteriormente, nada mais sendo devido. Com esses fundamentos, a Turma de julgadores negou provimento ao recurso da trabalhadora no aspecto, por maioria de votos, confirmando a sentença que indeferiu a indenização pretendida. A decisão transitou em julgado.

Fonte: TRT – MG via SIMMEC

## DESNECESSÁRIO FORMAR LITISCONSÓRCIO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL, MESMO HAVENDO RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

O Superior Tribunal de Justiça reitera entendimento há muito consolidado no sentido de que na ação civil pública por dano causado ao meio ambiente, mesmo quando presente a responsabilidade solidária, não é necessária a formação de litisconsórcio. A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), seguindo jurisprudência da Corte, proveu recursos especiais interpostos pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que recorreram ao STJ contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que considerou ser necessária a formação de litisconsórcio passivo em ação civil pública que discute a construção irregular de prédio residencial em área de proteção ambiental no Balneário Camboriú, em Santa Catarina. A ação foi movida contra o município de Camboriú e empresa Construtora e Incorporadora de imóveis.

No recurso, os órgãos públicos alegaram não haver litisconsórcio passivo necessário com relação aos posteriores adquirentes das unidades habitacionais irregulares construídas na área objeto da ação civil pública.

### VENDA

Ao analisar a questão, o relator, ministro Humberto Martins, destacou que a alienação promovida em momento posterior à propositura da ação civil pública pela empreendedora não tem o poder de alterar os efeitos subjetivos da coisa julgada, conforme disposto no artigo 42, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil (CPC), pois é dever do adquirente revestir-se das cautelas necessárias quanto às demandas existentes sobre o bem litigioso.

De acordo com Humberto Martins, decisões tomadas no desenrolar do processo abriram possibilidade para que se desse prosseguimento à obra, com alienação das unidades residenciais. Isso levou as instâncias

ordinárias a entender que agora seria indispensável a formação de litisconsórcio passivo com os adquirentes das unidades, ainda que a propositura da ação tenha se dado em momento anterior à venda.

Porém, segundo o relator, é firme a jurisprudência do STJ no sentido de não ser necessária a formação de litisconsórcio em ação civil pública que trata de dano ambiental. O ministro citou precedentes em apoio à tese de que, quando presente a responsabilidade solidária, podem os litisconsortes ser acionados em litisconsórcio facultativo. Não se trata, pois, de litisconsórcio necessário, de forma que não se exige que o autor da ação civil pública acione todos os responsáveis, ainda que o pudesse fazer.

Com esse entendimento, a Turma determinou o prosseguimento da ação civil pública.

Fonte: STJ REsp 1358112